

Brasil ainda poderá evitar a hiper

SIMONE GOLDBERG

Rio — Enquanto a hiperinflação volta à economia argentina, com os indicadores sinalizando um aumento explosivo do custo de vida, o Brasil, apesar de haver registrado uma taxa de 53,5 por cento este mês, ainda não vive a experiência que já traumatizou a Argentina, entre maio e julho, diz o economista João Luiz Mascolo, do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (IBMEC).

A moeda brasileira é aceita no dia-a-dia e o dólar, por enquanto, tomou seu lugar apenas nos grandes negócios. A hiperinflação, continua Mascolo, pode ocorrer, mas o Brasil tem melhores condições de evitá-la do que a Argentina.

A indexação brasileira funciona de certa forma como anestésico e a perspectiva de um novo governo atenua as expectativas mais catastróficas. "Mesmo que as taxas de inflação disparem em janeiro e fevereiro, sabemos que a partir de março o jogo é outro", salientou o economista.

Na Argentina, porém, a situação é pior. "O presidente Carlos Menem assumiu há cinco meses e já está perdendo a credibilidade, enfrentando uma

taxa de 50 por cento, este mês", argumenta Mascolo. Menem, para ele, não teve firmeza suficiente para efetivar o que devia ser feito, além dos aumentos de tarifas públicas e realinhamento do câmbio, medidas que pressionam a inflação. "Menem não fez quase nenhuma contra-partida a essas medidas na área fiscal, reduzindo o déficit", destaca Mascolo, acrescentando que o presidente argentino efectuará ajustes mais profundos na economia.

Mascolo acha que o presidente eleito, Collor de Mello, terá dois caminhos: seguir a linha argentina, hesitante na condução do programa de estabilização e comprometedora do sucesso das medidas adotadas, ou tomar a trilha boliviana, que debelou uma inflação de 24.000 por cento ao ano introduzindo um pacote fiscal firme. "Na Bolívia, não houve congelamento, a recessão não ficou maior do que já era e foi possível reduzir a inflação para 5 por cento este ano", frisa.

Collor, continua Mascolo, deve assumir e adotar imediatamente medidas consistentes na área fiscal, ponto nevrálgico, na sua opinião, da guerra à inflação. Enquanto os especialis-

tas chamam o período que antecede a posse de "buraco negro", Mascolo se preocupa mais com o futuro. "Para mim, buraco negro será de março em diante, se o programa de estabilização de Collor fizer água por falta de firmeza". Até março, se acontecer uma inflação de 100, 120 por cento, diz, ela não se explicará por expansão de base monetária nem pelo descontrole do déficit, mas pela exacerbada expectativa e do pânico.

— Aí, entra o choque de credibilidade a que o Collor se refere constantemente. A confiança é importante para reverter o processo e fazer o movimento de expectativa no sentido contrário. Mas para isso é preciso um diagnóstico correto da situação e contar com o apoio do Congresso Nacional na adoção de medidas. Assim, a taxa cai rápido — acredita.

Até a posse do futuro presidente, Mascolo acha que para evitar o desastre da explosão dos índices resta apenas uma alternativa emergencial à equipe econômica de Sarney: a adoção de uma política de juros reais positivos, balizados pelo INPC — coletado de 1 a 30 do mês — e não pelo IPC, calculado de 15 de um mês a 15 do mês seguinte.